

LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: POSSIBILIDADES DE UMA CONSCIÊNCIA NEGRA

AFRO-BRAZILIAN LITERATURE: POSSIBILITIES OF A BLACK CONSCIOUSNESS

Kamila Cunha dos Santos **1**
Amanda Maurício Pereira Leite **2**

Resumo: A presente pesquisa surgiu de uma preocupação com o profissional formado em Pedagogia e a identidade racial. Tendo como foco a literatura infantil para a construção desta identidade, esta pesquisa busca: refletir sobre a importância da literatura afro-brasileira; perceber como a literatura afro-brasileira pode influenciar o processo construção da identidade racial; pensar sobre a importância de se trabalhar a literatura afro-brasileira nas escolas brasileiras. Apresentando dados importantes para o saber docente, esta pesquisa traz elementos históricos e legislativos sobre a temática, resultando em uma relevante fonte de dados para compreensão da educação racial e para a formação docente.

Palavras – chave: Leitura; Literatura Infantil; Identidade Racial; Consciência Racial.

Abstract: The present research arose from a problem with the professional trained in Pedagogy and a racial identity beyond Law 11.645 / 2008. With the focus of a children's literature for an ancient communication of this identity, this search seeks to: reflect on the importance of Afro literature -Brazilian; choosing an Afro-Brazilian literature can influence the process of constructing racial identity; to think about the importance of working in Afro-Brazilian literature in Brazilian schools. Presenting important data for teacher knowledge, this research brings historical and legislative elements on the subject, resulting in a source of data relevant to the understanding of racial education and teacher training.

Keywords: Reading; Children's Literature; Racial Identity; Racial Awareness.

Aluna do curso de especialização em Desenvolvimento Humano, **1**
Educação e Inclusão Escolar – UnB. Licenciada em Pedagogia pela
Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: kamilacds@outlook.com

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa **2**
Catarina (UFSC). Professora do curso de Pedagogia da Universidade Federal do
Tocantins (UFT). E-mail: amandaleite@uft.edu.br

Introdução

Esta pesquisa tem como foco refletir sobre o uso da literatura africana no auxílio da construção da identidade racial de estudantes de 3º e 4º anos do Ensino Fundamental, referentes ao 2º ciclo dos Parâmetros Curriculares Nacional do Ensino Fundamental.

A consciência desta identidade pode ser muito mais desenvolvida e trabalhada em um estudante se for utilizadas as ferramentas corretas para a compreensão do tema, isto pode inclusive gerar um empoderamento nos sujeitos negros e suas comunidades. O contato com o conteúdo que envolve a afro-brasilidade mostra para uma criança a importância da comunidade negra no desenvolvimento do mundo, desmitificando a realidade preconceitos como o de que ser negro, por exemplo, é inferiorizar-se.

Dentre os objetivos específicos estão: a) refletir sobre a importância da literatura afro-brasileira; b) perceber como a literatura afro-brasileira pode influenciar o processo construção da identidade racial; c) pensar sobre a importância de se trabalhar a literatura afro-brasileira nas escolas brasileiras.

Percurso Metodológico

Esta pesquisa é de cunho documental, pois, analisa documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, que objetivam servir como instrumento para auxiliar professores em suas atividades, tornando o estudante um cidadão mais participativo, com capacidade de reflexão e autonomia, conhecendo seus direitos e deveres (BRASIL, 1997) e o Referencial Curricular do Ensino Fundamental do Estado do Tocantins, documento que tem como referência teórica a relação de PCN's articulados pelo Governo Federal.

Trata-se, também, de uma pesquisa bibliográfica, pois, conforme afirma Severino (2007, p. 122), "é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc."

Propomos pensar sobre a importância da literatura afro-brasileira, a construção indenitária do sujeito e sobre como a literatura afro-brasileira é incentivada em documentos oficiais da área da Educação, com diferentes metodologias no ensino da temática afro-brasileira, independentemente do ambiente, do público-alvo ou da faixa etária. Ao final, trazemos breves considerações sobre o tema investigado desejando que este trabalho possa gerar outras ações e pesquisas futuras.

A leitura e a construção do indivíduo

Para adentrar na temática de literatura, torna-se necessário apresentar a leitura enquanto conceituação e enquanto estratégia de compreensão e construção do mundo. Solé (1987 *in* SOLÉ, 1998, p. 22) afirma que este processo é "de interação entre leitor e o texto; neste processo, tenta-se satisfazer [*obter uma informação pertinente para*] os objetivos que guiam sua leitura (grifo do autor)". O que demonstra que o ato de ler deve ser direcionado a um determinado fim, sendo este processo capaz de criar interação entre quem lê e o que lê.

Para Saraiva (2001, p. 81) "o domínio da leitura é uma experiência tão importante na vida da criança, que determina o modo como ela irá perceber a escola e a aprendizagem em geral". O que proporciona compreender que o estudante evolui ao ler, de forma que esta etapa torna sua visão diferente sobre o que é escola e o ato de aprender.

Conforme aborda Mesquita (2011, p. 5), a leitura não tem apenas como finalidade de despertar gosto por livros e pelo hábito de ler, ainda mais se tratando de estudantes, também "contribui para despertar a valorização exata das coisas, para desenvolver as suas potencialidades, para estimular a sua curiosidade, para se inquietar por tudo que é novo, para ampliar os seus horizontes e para crescer, isto é, para se tornar um verdadeiro cidadão)". Assim, a leitura, enquanto meio de formar o sujeito ou estimula-lo a construir as suas identidades, apresenta-se como um instrumento que abre portas entre o mundo real e a fantasia apresentada em cada narrativa.

Aí vemos a importância da leitura cada vez mais cedo no cotidiano escolar. Não apenas a leitura de palavras e textos, mas a leitura de imagens, a leitura do mundo como dizia Paulo Freire (1989, p. 9) "a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem

dinamicamente”.

Neste mesmo sentido, Mesquita (2011, p. 6) afirma que a literatura está inclinada a “responder às necessidades de ordem intelectual e afetiva que dominam e afetam a criança”, uma vez que os livros são peças que formam e informam o leitor propiciando experiências através do que está lendo e o que está aprendendo, passando por um processo de formação e transformação.

A leitura, principalmente de literatura infantil, desperta no sujeito leitor a experimentação de ações, reações e emoções por meio da ficção e, esta última, o prepara para o real. Sendo assim, a inserção da leitura no cotidiano da criança e mesmo do adulto deve ser estimulada especialmente para que possa crescer intelectualmente, sendo a leitura “um condutor à aprendizagem e à apreensão de forma deleitosa do que se lê” (MESQUITA, 2011, p. 6).

Há quem dê mais importância para a quantidade de livros lidos do que a própria leitura em si, este papel também acaba sendo exercido por professores ao darem ênfase a inúmeras páginas lidas (FREIRE, 1981, p. 12). Mais que quantidade, torna-se necessário adentrar os conteúdos apresentados nas literaturas, para compreendê-los em sua completude. Neste sentido, Freire nos orienta a fazer uma leitura de mundo para compreender a leitura das palavras, pois o mundo, mais que predecessor da leitura, é o que move a escrita (p. 13). Percebemos aqui que a realidade e a linguagem se prendem de uma forma dinâmica e, por meio da prática de leitura (da vida e das palavras), transformamos o mundo; assim como a transformação do mundo, também transforma a escrita. Vamos verificar isto mais a frente, quando trataremos do papel do negro nas literaturas e como as personagens negras evoluíram ao longo do tempo, ganhando mais destaque.

Freire (1981) conclui que a leitura sempre implica uma percepção crítica, uma interpretação do que se leu. O que enfatiza que devemos nos atentar ao conteúdo que pretendemos ensinar e quais livros deve ser utilizado para tal fim. Assim, para uma leitura mais crítica devemos compreender a cultura, pela prática ou do trabalho do homem, que transforma o mundo. Neste sentido, o ato de ler permite, dentro da educação afro-brasileira, compreender o mesmo movimento citado acima. O estudante, além de compreender o processo histórico dos negros no Brasil e construir sua identidade racial, poderá ler criticamente sua vida. Ser capaz de lembrar de sua própria vida e dos momentos em que a falta deste conhecimento ou mesmo a presença dele, pôde proporcionar determinadas lembranças. Ler o mundo significa fazer parte dele, se perceber como parte do processo de escrita e reescrita de palavras e da transformação da realidade.

A leitura para o 2º ciclo do Ensino Fundamental: o PCN de Língua Portuguesa

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN) da Língua Portuguesa no trabalho com estudantes do 2º ciclo, ou seja, referente ao 3º e 4º do Ensino Fundamental. Apresenta como a leitura busca garantir, progressivamente, que os/as estudantes sejam capazes de:

[...] compreender o sentido nas mensagens orais e escritas de que é destinatário direto ou indireto, desenvolvendo sensibilidade para reconhecer a intencionalidade implícita e conteúdos discriminatórios ou persuasivos, especialmente nas mensagens veiculadas pelos meios de comunicação; ler autonomamente diferentes textos dos gêneros previstos para o ciclo, sabendo identificar aqueles que respondem às suas necessidades imediatas e selecionar estratégias adequadas para abordá-los; utilizar a linguagem para expressar sentimentos, experiências e idéias, acolhendo, interpretando e considerando os das outras pessoas e respeitando os diferentes modos de falar (BRASIL, 1997, p. 79-80).

Conforme o PCN de Língua Portuguesa (1997, p. 41), a leitura “é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto”. No que tange o tratamento didático dos conteúdos de Língua Portuguesa para o primeiro ciclo, o PCN (1997, p. 70) afirma que “desde o

primeiro ciclo é preciso que os estudantes leiam diferentes textos que circulam socialmente”. O que reafirma a ideia que, quanto maior o leque de textos trabalhados, melhor para o estudante e seu desenvolvimento, favorecendo a amplitude e o aprofundamento dos conhecimentos que possuem e que irão aprender, desenvolvendo, assim, cada vez mais a autonomia.

De certo modo, os objetivos listados no PCN de Língua Portuguesa conduzem o/a professor/a utilizar de metodologias que, gradativamente, desenvolvam nos estudantes a compreensão de mensagens orais e escritas de forma a captar valores sociais e culturais nas mensagens apresentadas. Além disso, desenvolver a autonomia pela leitura diversificada de acordo com o que é proposto pelo ciclo. E ainda que o/a estudante seja capaz de expressar-se sentimentalmente, de forma a absorver e externar o que lhe é transmitido.

No PCN de Língua Portuguesa (1997, p. 43), vemos a “leitura, como prática social, é sempre um meio, nunca um fim. Ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal”. Este meio é a utilização como ferramenta, uma vez que possibilita mecanismos para que o objetivo seja atingido. Ao apresentar um livro para uma criança, mostra-a um meio de apreender um conhecimento que será reconhecido na vida real e apresentará situações que levem respostas para as mais diversas situações que serão vividas.

O PCN de Língua Portuguesa (1997, p.80), sugere que o/a estudante do 2º ciclo “já tenha aprendido a escrever alfabeticamente e já realize atividades de leitura e de escrita com maior independência”. O que nos leva a crer que, ao final do 3º ano, a criança esteja apta na leitura e escrita. Sobre a questão da leitura Silva (2010, p. 288) pontua: “nos anos iniciais, a criança está na fase dos sonhos e adora ouvir histórias que envolvam um mundo imaginário, pois assim pode fazer suposições de um mundo real. Na realidade, elas ensaiam, no mundo imaginário, situações que podem vir a ser vivenciadas na vida real”.

Isto nos leva a compreender que nos primeiros anos podem ser trabalhadas histórias para auxiliar a compreensão da criança acerca do mundo real em que vive ou experienciar o mundo real por meio da fantasia. Essa experiência pode garantir a aquisição de novos conhecimentos sobre os diferentes temas tratados, principalmente no que diz respeito à consciência crítica da criança sobre a temática racial, que é o tema central desta investigação.

Esta ideia é firmada no PCN de Língua Portuguesa (1997, p. 29), que afirma que “o plano da realidade pode ser apropriado e transgredido pelo plano do imaginário como uma instância concretamente formulada pela mediação dos signos verbais”, sendo que ensinar literatura ou “leitura literária envolve, portanto, esse exercício de reconhecimento das singularidades e das propriedades compositivas que matizam um tipo particular de escrita”.

O PCN (1997) ainda apresenta conteúdos gerais para serem trabalhados dentro da língua portuguesa, nos anos iniciais. Os conteúdos são dispostos entre “valores, normas e atitudes” e “gêneros discursivos”, sendo que este último não se aplica ao objeto desta pesquisa. Na referência “valores, normas e atitudes” destacam-se as seguintes metas previstas no documento:

[...] Interesse por ouvir e manifestar sentimentos, experiências, idéias e opiniões; Preocupação com a comunicação nos intercâmbios: fazer-se entender e procurar entender os outros; Respeito diante de colocações de outras pessoas, tanto no que se refere às idéias quanto ao modo de falar; Valorização da cooperação como forma de dar qualidade aos intercâmbios comunicativos; Reconhecimento da necessidade da língua escrita (a partir de organização coletiva e com ajuda) para planejar e realizar tarefas concretas; Valorização da leitura como fonte de fruição estética e entretenimento; Interesse por ler ou ouvir a leitura especialmente de textos literários e informativos e por compartilhar opiniões, idéias e preferências (ainda que com ajuda). Interesse em tomar emprestado livros do acervo da classe e da biblioteca escolar; Cuidado com os livros e demais materiais escritos; Atitude crítica diante de textos persuasivos dos quais é destinatário direto ou indireto (ainda que em atividades coletivas ou com a ajuda do professor); Preocupação com a qualidade

das produções escritas próprias, tanto no que se refere aos aspectos textuais como à apresentação gráfica; Respeito aos diferentes modos de falar (PCN, 1997, p. 71-72).

Percebemos que as metas propostas giram em torno da manifestação de interesse pela leitura, escrita, compreensão de textos, falas e opiniões. Apesar de haver o estímulo a aquisição de diversos saberes, a questão da aceitação às diferenças e/ou a tolerância ao próximo é algo que não aparece claramente no documento. Quanto ao processo individual, às metas voltam-se para a valorização da leitura, a emancipação do sujeito, a questão do zelo dos livros emprestados, a consciência quanto às escolhas literárias feitas tendo como foco produções de qualidade, entre outras.

Após ler o PCN de Língua Portuguesa destinado ao ensino de estudantes do 2º ciclo do Ensino Fundamental, observamos que o documento necessita de revisão ou de atualização diante de temas como a questão afro-brasileira. Embora o documento seja de meados dos anos de 1990, podemos dizer até mesmo antes deste período que a questão afro precisava ganhar mais visibilidades no cenário brasileiro, especialmente, nas salas de aulas.

O Referencial Curricular do Ensino Fundamental do Estado do Tocantins

A leitura de documentos oficiais complementa e ajuda a compreender a relevância da leitura na formação do sujeito, especialmente de estudante do 2º ciclo do Ensino Fundamental. O Referencial Curricular do Ensino Fundamental do Tocantins (RCEF -TO), produzido pelo estado para as escolas estaduais do Tocantins, é, também, utilizado no município de Palmas/TO. Isto se deve ao fato do Referencial Curricular município se encontrar em processo de construção.

Ao analisar o que o documento do estado do Tocantins propõe para a disciplina de Língua Portuguesa, o Referencial Curricular (2009, p. 250) afirma que é primordial “desenvolver um trabalho de ‘linguagens’, fazendo com que o estudante consiga observar, descobrir, inferir, refletir sobre o mundo, interagir com seu semelhante, por meio do uso funcional da linguagem”. Neste sentido, o mesmo documento acrescenta que “o desenvolvimento de conhecimentos discursivos e lingüísticos permitirá que ele [o estudante] saiba se manifestar em diferentes situações de interlocução” (grifos nosso).

Também encontramos no Referencial Curricular do Ensino Fundamental do Estado do Tocantins que “a análise Linguística permeia todos os eixos e não poderá, portanto, ser estudada de forma isolada e descontextualizada. Dessa forma, a repetição dos conteúdos ocorre para sinalizar, que estes podem ser trabalhados tanto na leitura e produção como na análise linguística” (2009, p. 553).

Assim compreendemos que aprender língua portuguesa, o que também inclui o ato de ler e interpretar, permite ao estudante refletir sobre o mundo e saber se posicionar nas situações cotidianas. Levando isto em conta, a leitura e a interpretação de texto permitem desenvolver os temas transversais traçados no referencial estadual, inclusive, permitindo ao professor espaço propício para trabalhar a temática afro-brasileira com seus estudantes.

O referencial estadual afirma que no ensino da Língua Portuguesa “as habilidades de falar, ouvir, ler e escrever são fundamentais e podem ser trabalhadas constantemente (2009, p. 525)”. Para isto, o referencial (2009, p. 25), aponta algumas ações pedagógicas que devem ser oportunizadas nas aulas de Língua Portuguesa, a saber:

[...] Utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos, de modo a atender as múltiplas demandas sociais, respondendo a diferentes propósitos comunicativos e expressivos, considerando as diferentes condições de produção do discurso; Utilizar a linguagem para estruturar a experiência e explicar a realidade [...] Analisar criticamente os diferentes discursos, inclusive o próprio, desenvolvendo a capacidade de avaliação dos textos [...] Conhecer e valorizar as diferentes variedades da Língua,

procurando combater o preconceito lingüístico; Reconhecer e valorizar a própria linguagem e a de seu grupo social, como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e nas interações com pessoas de diferentes grupos que se expressem de outras maneiras; Usar os conhecimentos por meio da prática de análise lingüística, expandindo as possibilidades de uso da linguagem e ampliando a capacidade de análise crítica.

Por meio da literatura infantil, podemos trabalhar didáticas diferenciadas que fomentem a busca por conhecimento para além da disciplina de português. Uma literatura adequada pode oportunizar que os estudantes conheçam mais sobre a cultura afro-brasileira, entendam melhor a influência africana na cultura brasileira e nos costumes vividos ou mesmo percebam a necessidade de dialogarmos sobre diferentes grupos sociais.

A leitura e as competências para o 2º ciclo do Ensino Fundamental

Para que possamos visualizar melhor as ações pedagógicas voltadas ao tema da leitura em Palmas –TO, no que se refere ao 3º ano do Ensino Fundamental, apresentamos as ações anunciadas no Referencial Curricular do Ensino Fundamental do Estado do Tocantins (chamado a partir deste ponto de RCEF-TO), vemos as seguintes competências (2009, p. 265-272) distribuídas em tabelas:

Quadro 01: eixos e competências de Língua Portuguesa do 3º ano

BIMESTRE	EIXO	COMPETÊNCIA
1º Bimestre	Prática de leitura de textos	Ser capaz de compreender e interpretar textos que circulam na sociedade e perceber as diferentes dimensões da leitura: o dever de ler, a necessidade de ler e o prazer de ler.
2º Bimestre	Prática de leitura de textos	
3º Bimestre	Prática de leitura	
4º Bimestre	Prática de leitura	

Fonte: RCEF-TO (Quadro adaptado para esta pesquisa).

No quadro 01 verificamos que do 1º ao 4º bimestre do 3º ano do Ensino Fundamental o estudante lida diretamente com a prática de leitura de textos. É uma das metas, chamadas pelo documento de competências, conseguir interpretar através da leitura o mundo e a realidade cotidiana em que este estudante está inserido. Uma proposta que além de ser decorrente do próprio processo de ensino e aprendizagem está vinculada ao desafio de promover ou associar a leitura ao prazer, ao gosto de ler.

Para o 4º ano do Ensino Fundamental, as competências que abrangem a leitura, conforme o objeto de estudo desta pesquisa, apontam as seguintes especificações (2009, p. 273-280):

Quadro 02: eixos e competências de Língua Portuguesa do 4º ano

BIMESTRE	EIXO	COMPETÊNCIA
1º Bimestre	Prática de leitura de textos	Ser capaz de compreender e interpretar textos que circulam na sociedade e perceber as diferentes dimensões da leitura: o dever de ler, a necessidade de ler e o prazer de ler.
2º Bimestre	Prática de leitura de textos	
3º Bimestre	Prática de leitura	
4º Bimestre	Prática de leitura	
1º Bimestre	Prática de escuta de textos orais	Ser capaz de compreender e utilizar-se de diversos gêneros textuais presentes em situações de interação social, respeitando as diferentes manifestações da linguagem.
2º Bimestre	Prática de escuta de textos orais	
3º Bimestre	Prática de escuta de textos orais	
4º Bimestre	Prática de leitura	

Fonte: RCEF-TO (Quadro adaptado para esta pesquisa).

No 4º ano do Ensino Fundamental, durante todos os bimestres, além de lidar com a prática de leitura de textos, há ainda a meta de ser capaz de, através de diversos gêneros textuais, compreender e utilizar-se de seus conteúdos, respeitando as variações lingüísticas existentes. O estudante pode

desenvolver-se por meio da transformação e da formação que a leitura proporciona. É interessante notar a necessidade de respeitar as diferentes manifestações linguísticas existentes.

Assim como se faz desafiante aplicar as competências do 3º ano, no 4º ano mantém-se o desafio de apresentar propostas para despertar o gosto pela leitura e, além disto, necessitamos trabalhar com metodologias e didáticas que desenvolvam o ato de utilizar-se dos gêneros textuais. Por outro lado, trabalha-se a interação social, permitindo aos professores estimular o processo interativo e transformação do sujeito no contexto social. O estímulo da leitura de obras que trabalhem as relações étnico-raciais pode permitir a inserção dos estudantes em uma realidade de reflexão sobre reconhecer-se enquanto negro e o quanto é importante apoiar o empoderamento e a valorização de diferentes identidades nos espaços escolares e sociais.

A temática afro-brasileira para o 2º ciclo do Ensino Fundamental

Até aqui listamos como o PCN de Língua Portuguesa para o 2º ciclo do Ensino Fundamental prevê objetivos a serem alcançados em relação à leitura, vimos brevemente como o Referencial Curricular do Ensino Fundamental do Estado do Tocantins aponta competências em torno da leitura trabalhada no 3º e 4º ano na disciplina de Língua Portuguesa, e agora veremos como a temática afro-brasileira aparece em relação às competências e habilidades dos estudantes.

Ao ler o RCEF–TO, notamos que a educação afro-brasileira aparece com maior frequência nos anos finais do Ensino Fundamental, em especial do 6º ao 9º ano, sendo explorado nas disciplinas de Artes, História e Ensino Religioso. Como esta pesquisa está centrada no 3º e 4º ano, nossa leitura foca as habilidades e as competências pertinentes a estes períodos escolares.

Seguindo a mesma lógica de leitura de quadros sobre competências e habilidades aplicadas nos subtítulos anteriores, observamos abaixo que o 2º e o 4º bimestre não apresentam habilidades ou algo que defina concretamente a temática étnico-racial, por tal motivo, os bimestres não foram inclusos no quadro 03. Observe:

Quadro 03: competências de História do 3º ano

BIMESTRE	COMPETÊNCIAS
1º	Perceber-se como agente participativo nas relações sociais e com base nos princípios de cidadania conhecer a proposta da implantação das leis e instituições internacionais, nacionais e regionais para a preservação e garantia dos direitos dos cidadãos. Ser capaz de reconhecer e compreender as diferentes culturas existentes nos grupos sociais, suas crenças e credices, seus mitos e a importância das lendas e tradições para a construção da cidadania de um povo. Compreender o processo de formação e organização administrativa, política e social de sua coletividade. Ter uma atitude crítica diante dos diferentes estágios de manifestações de poder referente a terra e a propriedade nas sociedade ocidentais. Compreender como as diferentes sociedades reagem diante dos movimentos pela posse e uso da terra nos diferentes tempos da história. Ser capaz de compreender as relações de produção na formação cultural dos diferentes povos da antiguidade aos dias atuais.
3º	Valorizar o processo histórico, as constantes transformações, a necessidade da preservação do patrimônio, as diferenças no modo de vida dos diferentes povos. Perceber - se como agente participativo nas relações sociais e com base nos princípios de cidadania conhecer a proposta da implantação das leis e instituições internacionais, nacionais e regionais para a preservação e garantia dos direitos dos cidadãos. Ser capaz de reconhecer e compreender as diferentes culturas existentes nos grupos sociais, suas crenças e credices, seus mitos e a importância das lendas e tradições para a construção da cidadania de um povo. Compreender o processo de formação e organização administrativa, política e social de sua coletividade. Ter uma atitude crítica diante dos diferentes estágios de manifestações de poder referente a terra e a propriedade nas sociedade ocidentais. Compreender como as diferentes sociedades reagem diante dos movimentos pela posse e uso da terra nos diferentes tempos da história. Ser capaz de compreender as relações de produção na formação cultural dos diferentes povos da antiguidade aos dias atuais.

Fonte: RCEF-TO (Quadro adaptado para esta pesquisa).

O ato de conhecer e valorizar a história e a cultura afro-descendente nos permite perceber que os negros são sujeitos participantes da construção da sociedade brasileira, bem como de sua

história e cultura. Assim, podemos trabalhar a leitura de literaturas que abordem esta questão, por exemplo, de modo a oportunizar aos estudantes um apanhado histórico amplo, conhecimentos interdisciplinares que capacitem os estudantes a adquirir as competências determinadas no RCEF-TO, como mostra o quadro acima.

No 4º ano também observamos que a temática é abordada no ensino de história, conforme consta no referencial (2009, p. 194-197). O RCEF-TO apresenta as mesmas competências para todos os bimestres letivos. As habilidades são diferentes, tratando, entre outros assuntos, no primeiro e terceiro bimestre (p. 194 e 196): “conhecer e valorizar a história e cultura do afro-descendente e perceber que eles foram e são sujeitos na construção da sociedade brasileira”; e no quarto bimestre (p. 197): “conhecer e valorizar a história e cultura do afro-descendente e perceber que eles foram e são sujeitos na construção da sociedade brasileira. Comparar a estrutura familiar com as diversas organizações existentes na coletividade atual”. Abaixo segue quadro apresentando as competências da disciplina de História do 4º ano, conforme RCEF-TO:

Quadro 04: competências de História do 4º ano

BIMESTRE	COMPETÊNCIAS
1º ao 4º	Valorizar o processo histórico, as constantes transformações, a necessidade da preservação do patrimônio, as diferenças no modo de vida dos diferentes povos. Perceber - se como agente participativo nas relações sociais e com base nos princípios de cidadania conhecer a proposta da implantação das leis e instituições internacionais, nacionais e regionais para a preservação e garantia dos direitos dos cidadãos. Ser capaz de reconhecer e compreender as diferentes culturas existentes nos grupos sociais, suas crenças e credences, seus mitos e a importância das lendas e tradições para a construção da cidadania de um povo. Compreender o processo de formação e organização administrativa, política e social de sua coletividade. Ter uma atitude crítica diante dos diferentes estágios de manifestações de poder referente a terra e a propriedade nas sociedade ocidentais. Compreender como as diferentes sociedades reagem diante dos movimentos pela posse e uso da terra nos diferentes tempos da história. Ser capaz de compreender as relações de produção na formação cultural dos diferentes povos da antiguidade aos dias atuais.

Fonte: RCEF-TO (Quadro adaptado para esta pesquisa).

Assim como ocorre com o 3º ano, no 4º ano também podemos contemplar as habilidades da disciplina de História ao trabalhá-las através da literatura afro-brasileira. Como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) abre espaço para trabalhar História, Artes e Literatura, de modo que o professor possa trabalhar a transdisciplinaridade, apresentando uma busca pela compreensão da complexidade do mundo real explorando os conflitos e os desafios que as pessoas afrodescendentes enfrentam diariamente ao construírem as suas identidades e se afirmarem como são.

Os livros infantis e a temática afro

Para Silva e Magalhães org. (2010, p. 101, *apud* Zilberman, 2013), “antes do século XVII, não se escrevia para as crianças, porque não havia ainda a percepção do que era ser criança, de modo que pequenos e grandes “compartilhavam os mesmos eventos”, sem qualquer distinção”. Saraiva (Org. 2001, p. 35) diz que literatura infantil tem origem vinculada às “mudanças estruturais que ocorreram na sociedade dos séculos XVII e XVIII, momento em que se instalou o modelo burguês da família unicelular, provocando uma alteração na forma de visualizar a infância e todas as instituições com ela relacionadas”.

Com o passar dos anos, apesar de ocorrer uma mudança sobre a percepção do que é ser criança, a finalidade da leitura continuava a ser algo com aparência de maior rigidez. É o que podemos notar com a finalidade da literatura no final do XIX e início do século XX. A escrita, já produzidas no Brasil e destinadas ao público infantil, inicialmente “tinha fins didáticos, ou seja, eram publicações destinadas à educação formal, à moralização ou à evangelização de crianças e jovens” (JOVINO, 2006, p. 187).

Realidade diferente da atual, que trabalha habilidades e valores muito mais profundos, onde a leitura se apresenta como algo mais leve, sempre visando atrair o pequeno leitor a desenvolver

o gosto pela leitura. Para Saraiva (Org., 2001, p. 43), cada narrativa constitui-se como objetos para as crianças e “é importante que o professor conheça os vários tipos de narrativas”, para que haja diversidade para as crianças.

Ao voltar o nosso olhar para o PCN de Língua Portuguesa (1997, p. 29) vemos que “a literatura não é cópia do real, nem puro exercício de linguagem, tampouco mera fantasia que se asilou dos sentidos do mundo e da história dos homens. Se tomada como uma maneira particular de compor o conhecimento é necessário reconhecer que sua relação com o real é indireta”. Ou seja, a literatura é uma ficção que beira a realidade, auxiliando a criança no processo de compreensão de diferentes situações. O ato de ler faz pensar no mundo real. A criança, a medida em que lê, ganha aos poucos mais autonomia, o texto proporciona estímulo que ela reflita sobre o real e o imaginário.

Desde os primórdios do processo de escravização exaltou-se a condição de ser nobre e branco, inferiorizando o negro, negando-lhes os direitos, mesmo após a conquista da abolição da escravatura, oprimindo-os da história do Brasil e da vida social. Mesmo com a abolição, as condições precárias e desigualdades prevalecem.

O processo de mudança começa com uma “segunda abolição”, após os ex-escravos perceberem a necessidade de algo muito além de ter o direito à liberdade para que pudessem ser iguais a todos. Uma das formas de mudanças poderia ser a valorização da educação. E por falar em educação, não podemos deixar de citar que o negro durante um bom período da história teve negado o direito aos estudos, sendo proibido frequentar escolas, tendo até legislação vigente afirmando isto. O Decreto nº 1331 – A, de 17 de fevereiro de 1854, que aprovava o Regulamento para que a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte, cita em seu artigo 69 “não serão admitidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas: § 1º Os meninos que padecerem moléstias contagiosas; § 2º Os que não tiverem sido vacinados; § 3º Os escravos. (sic)”.

Em 1950, ocorreu o I Congresso do Negro Brasileiro, fruto da união de militantes negros, tendo como resultado recomendações para o “estímulo aos estudos de reminiscências africanas”. Esta mesma reivindicação ressurgiu em 1978, por meio de movimentos sociais negros, tendo em sua agenda a atingir as áreas de “racismo, cultura negra, educação, trabalho, mulher negra e política internacional” (HASENBALG, 1987 *apud* MEC, 2005, p.24). No tangente à educação, cabiam as seguintes reivindicações:

[...] contra a discriminação racial e a veiculação de ideias racistas nas escolas; por melhores condições de acesso ao ensino à comunidade negra; reformulação dos currículos escolares visando a valorização do papel do negro na História do Brasil e a introdução de matérias como História da África e línguas africanas; pela participação dos negros na elaboração dos currículos em todos os níveis e órgãos escolares.

As pressões renderam articulações e medidas dos poderes públicos que se sensibilizaram à questão racial e criaram leis para que a História dos Negros no Brasil e do Continente Africano nos Ensinos Fundamental e Médio das redes municipais e estaduais de ensino. Como exemplo, cito a Constituição do Estado da Bahia, de 05 de outubro de 1989 onde aponta no artigo 275 que “é dever do Estado preservar e garantir a integridade, a respeitabilidade e a permanência dos valores da religião afro-brasileira e especialmente:

I - inventariar, restaurar e proteger os documentos, obras e outros bens de valor artístico e cultural, os monumentos, mananciais, flora e sítios arqueológicos vinculados à religião afrobrasileira, cuja identificação caberá aos terreiros e à Federação do Culto Afro-Brasileiro;

II - proibir aos órgãos encarregados da promoção turística, vinculados ao Estado, a exposição, exploração comercial, veiculação, titulação ou procedimento prejudicial aos símbolos, expressões, músicas, danças, instrumentos, adereços, vestuário e culinária, estritamente vinculados à religião afro-brasileira;

III- assegurar a participação proporcional de representantes da religião afro-brasileira, ao lado da representação das demais religiões, em comissões, conselhos e órgãos que venham a ser criados, bem como em eventos e promoções de caráter religioso;

IV - promover a adequação dos programas de ensino das disciplinas de geografia, história, comunicação e expressão, estudos sociais e educação artística à realidade histórica afro-brasileira, nos estabelecimentos estaduais de 1º, 2º e 3º graus.

Vários outros estados passaram a promulgar legislações específicas para tratar da inclusão da temática negra na escola. Podemos citar a Lei Orgânica do município de Belo Horizonte, de 21 de março de 1990; Lei nº 6.889, de 05 de dezembro de 1991, em Porto Alegre-MT; Lei nº 7.685, de 17 de janeiro de 1994, do município de Belém-PA; Lei nº 2.221, de 30 de novembro de 1994, do município de 1994, do município de Aracajú-SE.

Em âmbito federal, a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, veio reconhecer a importância das lutas nos movimentos negros contra o racismo e a favor da cultura africana e afro-brasileira, incluindo o artigo 26-A e 27-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDBEN, incluindo no currículo oficial, da Rede de Ensino, entre outras providências, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Os artigos trazem as seguintes definições:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Dentro do percurso que aqui chamamos de “consciência negra” e o processo histórico marcado por lutas sociais, vai surgindo um novo caminho de direito garantido pelo reconhecimento do negro dentro das escolas e a necessidade de igualdade racial no mundo. Como exemplo temos políticas nas mais diversas áreas, mas, em especial na área da educação. Para citar outros exemplos temos no documento oficial do MEC/SECAD (2006, p. 26) o Parecer do Conselho Nacional de Educação, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), a Resolução CNE/CP 1/2004 e a Lei 10.639/2003. Com a leitura destes documentos podemos dizer ainda que “a sociedade civil segue desenvolvendo importante papel na luta contra o racismo e seus derivados” (MEC/SECAD, 2006 p. 22).

Por outro lado, também é possível dizer que vivemos em uma sociedade que precisa enfrentar, especialmente, nas escolas práticas que acabam por prejudicar negros e outras minorias sociais, uma vez que estas ações são pautadas “pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização racial”. É por esta razão que o documento enfatiza ser “necessária à promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito” (MEC/SECAD, 2006 p. 23).

Um desdobramento destas ações tem sido conscientizar professores e estudantes assim

como toda a comunidade escolar sobre as práticas de combate ao racismo bem como a valorização do negro de modo a ultrapassar as barreiras do espaço escolar. No entanto, antes de adentrar na temática de literatura afro-brasileira, devemos falar também sobre cultura.

Literatura afro-brasileira e a (possibilidade de) consciência negra

Ferreira (2001, p.11) conceitua o livro como “[...] um produto intelectual, que se concretiza num certo suporte de material e envolve não só o autor e o leitor, mas diferentes pessoas que se incubem de (re)organizar um conjunto de impressão, distribuição e circulação no mercado”. Portanto, a leitura é um bem necessário, uma ferramenta que supre muitas necessidades intelectuais do ser humano.

Ao falar dos negros em obras literárias, seus personagens começaram a surgir “a partir do final da década de 20 e início da década de 30, no século XX (JOVINO, 2006, p. 187)”. A autora salienta que precisamos recordar o momento e o contexto histórico vivido durante o período em questão: “de uma sociedade recém-saída de um longo período de escravidão”. Talvez seja por esta razão que as histórias evidenciavam a inferioridade do negro, não existindo escritos que os exaltasse ou valorizassem a sua trajetória.

Jovino (2016, p. 187) ressalta que durante este período, muitas obras tinham a preocupação com o que escreviam sobre o negro, por se preocuparem com denúncias de preconceito e/ou discriminação racial. Porém, os personagens descritos como negros ocupavam postos sem prestígios e que expunham a cultura negra de maneira deturpada. Esta realidade começa a mudar a partir de 1975, onde surge “uma produção de literatura infantil mais comprometida com outra representação da vida social brasileira; por isso, podemos conhecer nesse período obras em que a cultura e os personagens negros figurem com mais frequência”. Mesmo diante da mudança das literaturas, a aurora afirma que “privilegia-se uma representação da personagem negra com atributos e traços brancos (JOVINO, 2006, p. 187-189)”.

A partir dos anos 80 é que se encontram livros com formas diferentes de caracterização do negro, fugindo de representações encontradas na década anterior. Com esta mudança “é possível encontrar obras mostrando personagens negras na sua resistência ao enfrentar os preconceitos, resgatando sua identidade racial, desempenhando papéis e funções sociais diferentes, valorizando as mitologias e as religiões de matriz africana, rompendo, assim, com o modelo de desqualificação presente nas narrativas dos períodos anteriores” afirma Jovino (2006, p. 189).

Estas obras mostram personagens negros em situações cotidianas, com destaque, em classes sociais mais elevadas, com postura resistente e com valorização da cultura africana até então desprezada. Vemos que esta realidade está se modificando, com personagens negros ganhando destaque na literatura, na televisão, nas mídias de modo geral. Conforme afirma Silva (*in* MUNANGA, 2005, p. 164)

[...] O negro não somente tem sido tema na literatura brasileira. Sabemos todos que muitos têm criado, sendo inúmeros nossos escritores descendentes de africanos. Interessante será estudantes poderem comparar a visão de escritores negros, com a de outras etnias, sobre as questões que afligem a população negra, ou que constituem razão de alegrias ou tristezas para pessoas de qualquer etnia.

Isto nos remete a pensar que dentre os variados gêneros literários podemos apresentar aos estudantes mais de uma visão sobre a literatura afro-brasileira. Histórias que abordem a figura do negro em narrativas menos ofensivas ou folclóricas para explorar as histórias e os personagens negros com desfechos diferentes dos que temos conhecido até aqui. Esta mudança de paradigma pode aperfeiçoar a compreensão de diversos temas ligados à cultura afro e que podem ser de interesse de muitos independente de serem trabalhados para fazer menção à história dos negros.

Segundo Saraiva (2001, p. 81), “o domínio da leitura é a experiência tão importante na vida da criança, que determina o modo como ela irá perceber a escola e aprendizagem em geral”. Em decorrência disso, o esforço despendido pela criança no reconhecimento de letras e palavras precisa aliar-se à certeza de que será compensado pela leitura de textos altamente estimulados.

Para Coelho (2000 p. 47), a literatura apresenta duas finalidades completamente distintas. Por um lado, a leitura para entretenimento, como um jogo descompromissado; por outro lado, a leitura informativa feita pelos leitores, “oferecendo-lhes fatos cientificamente comprováveis ou situações reais, acontecidas e irrefutáveis, transmitem-lhes ao mesmo tempo, valores consagrados pelo passado e inquestionáveis”.

Ao trabalhar a identidade afro-brasileira o professor pode dar ao estudante a oportunidade de perceber e reconhecer-se como negro (mesmo tendo a pigmentação da pele branca). No campo da literatura, podemos apresentar “ilustrações positivas de personagens negras; cujos conteúdos remetam ao universo cultural africano e afro-brasileiro”, possibilitar “aos leitores o acesso a obras nas quais habitem reis e rainhas negros(as), deuses africanos, bem como os mitos afro-brasileiros”, oportunizar que as leituras contribuam “para a elevação da autoestima dos/das jovens e adultos”, e ainda representar personagens sem “estereótipos a população negra brasileira” (MEC/SECAD, 2006, p. 113).

Ainda influenciado pelos livros e pela leitura, o professor pode planejar as aulas de forma que seja problematizada a vida dos estudantes, agindo e transformando as suas próprias realidades. Por meio da leitura, os estudantes terão temas “para serem discutidos a partir dos prévios conhecimentos [...] construindo, desse modo, diferentes estratégias de leitura, como antecipação de sentidos, inferências, localização de informações, interpretação de pressupostos, entrelinhas, dentre outras” (MEC/SECAD, 2006, p. 113).

Para Silva (2010, p. 289), a literatura infantil “possui papel formador na personalidade de criança, pois tem o objetivo de constituir cidadãos críticos e reflexivos, que possam transformar a realidade em que vivem”. E ainda afirma que o ato de ler abre o leque de conhecimento acerca das relações sociais, de modo que a conscientize sobre a existência do outro.

Tendo reforçada a ideia que a leitura é importante na formação da criança, Mariosa e Reis (2011, p. 48) afirmam que é vital “o reconhecimento da necessidade da valorização da literatura infanto-juvenil, com temáticas culturais afro-brasileira. Para que a identidade das crianças possa ser corroborada tanto por parte dos pais como dos professores neste processo”. Ao dar a oportunidade aos estudantes de terem acesso às leituras que abordem a temáticas afro-brasileiras, os professores estarão reconhecendo a leitura como uma ferramenta singular na construção do pensamento crítico da criança.

Considerações

Consideramos, a partir da pesquisa, que todo professor precisa ter informações sobre o histórico que envolve a questão racial, conhecendo também as lutas, as conquistas e os desafios que ainda envolvem o movimento negro no Brasil. Na medida em que nós, professores, pesquisamos, (re)descobrimos e nos aproximamos dos grupos étnico-raciais conseguimos ampliar os nossos conhecimentos além de nos tornarmos capazes de melhor fundamentar nossas aulas e ensinamentos.

É possível propor o envolvimento de estudantes de diferentes faixas etárias em trabalhos que versem sobre a temática das afro-brasilidades. Seja por leitura de livros de literatura infantil ou através de projetos ou oficina os conhecimentos sobre a herança do continente africano é de grande valia e revela sempre mais da própria história brasileira. Também podemos dizer que a literatura tem grande influência na construção da identidade racial da criança e pode ser usada didaticamente para propor reflexões sobre as diferenças que nos constituem.

Este estudo revela que a literatura evidencia-se como recurso didático não só no processo de ensino-aprendizagem, como também de grande importância para a vida do estudante. Desenvolve uma consciência para além das competências e habilidades pretendidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais ou nos Referenciais Curriculares, pois a leitura de literatura infantil transforma a visão de mundo do leitor.

Aqui, buscamos trazer elementos históricos e legislativos a fim de subsidiar trabalhos futuros e auxiliar a própria formação docente. Assim, esta pesquisa se apresenta como uma possibilidade de estudo sobre a temática afro-brasileira e de sua importância de dentro da sala de aula, especialmente visando ações futuras a serem projetadas no estado do Tocantins.

Trabalhar a história africana e, por consequência, a afro-brasileira, é resgatar o respeito e

reconhecimento das diferenças, além de quebrar estereótipos construídos ao longo do tempo sobre a origem do negro e de sua cultura por vezes diminuídas perante a origem e a cultura de outros povos. Ao promover o acesso a diferentes conteúdos podemos contribuir para o reconhecimento da diversidade como algo presente em nossa realidade e que nos constitui.

Referências

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia**, 05 de outubro de 1989. Disponível em <http://www.mpba.mp.br/institucional/legislacao/constituicao_bahia.pdf> Acesso em: 05 de dez. de 2015.

BRASIL, **Decreto nº 1.331-A**, de 17 de fevereiro de 1854. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>> Acesso em: 05 de dez. de 2015.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 e dezembro e 1996**. Lei de Diretrizes e Bases para a Educação. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 05 de dez. de 2015.

BRASIL, **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 05 de dez. de 2015.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 2011. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/parametros-curriculares-nacionais>> Acesso em 23 de maio de 2016.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília:DF, 1997. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>> Acesso em 23 de maio de 2016.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil**: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. – São Paulo: Autores Associados & Cortez, 1981.

JOVINO, Ione. **Literatura Infanto -juvenil com personagens negros no Brasil**. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré. (Org). **Literatura Afro-brasileira**. Salvador: Centro de estudos afro – orientais. – Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

MARIOSIA, Gilmara Santos; REIS, Maria da Glória dos. **A influência da literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças**. v. 8. Parte A. Estação Literária: PR: Londrina, 2011. Disponível em <<https://escrevivencia.files.wordpress.com/2014/03/a-influencia-d-aliteratura-infantil-afro-brasileira-na-constucao-das-identidades-das-criancas.pdf>> Acesso em 23 de maio de 2016.

MESQUITA, Armindo Teixeira. **A leitura**: um passaporte para a vida. Álabe [2171-9624], 2011 iss:3. Disponível em: <<http://revistaalabe.com/index/alabe/article/view/45/45>> Acesso em: 04 de jun. de 2016.

MEC/SECAD. **A Lei no 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro**. In: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos).

MEC/SECAD. **Orientações e ações para a educação das relações étnico raciais**. – Brasília: SECAD, 2006.

MONTEIRO LOBATO. **Histórias de Tia Anastácia**. v. 11. 1. ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

SARAIVA, Juracy Assmann (Org.). **Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação**. – Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. – 23. ed. 8. reimpr. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Africanidades Brasileiras: Trata-se de uma nova disciplina ou de uma área de pesquisas?** in MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. – 2. ed. – Brasília: MEC, 2005.

SILVA, Wagner Rodrigues; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra orgs. **Ensino de língua e literatura: caderno didático**. – Palmas, TO: Nagô, 2010.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Tradução Cláudia Shilling. – 6. ed. – Porto Alegre, RS: Artmed, 1998.

TOCANTINS. **Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. 2ª Edição / Secretaria de Estado da Educação e Cultura**. -TO: 2009. 281 p.

Recebido em 12 de setembro de 2018.

Aceito em 25 de março de 2019.